

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora ArcelorMittal Brasil S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Paracatu, 30 de Abril de 2026.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Diretores da
Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.
Paracatu - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.557	56.235	Fornecedores	10	-	2
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		201	75	Obrigações fiscais		16	25
Dividendos a receber	15	707	-	Imposto de renda e contribuição social	14	25	42
Total do ativo circulante		24.465	56.310	Outras contas a pagar	10	1	1
Investimentos em controlado em conjunto	9	66.113	28.426	Total do passivo circulante		42	70
Total do ativo não circulante		66.113	28.426	Patrimônio líquido	11		
				Capital social		72.486	72.486
				Lucros acumulados		18.050	12.180
				Total do patrimônio líquido		90.536	84.666
Total do ativo		90.578	84.736	Total do passivo e patrimônio líquido		90.578	84.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstrações de resultados

Vic

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(503)	(1.082)
Outras receitas operacionais		9	14.102
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(494)	13.020
Receitas financeiras	14	4.866	2.132
Despesas financeiras	14	(21)	(596)
Resultado financeiro líquido		4.845	1.536
Resultado de equivalência patrimonial		2.971	2.610
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.322	17.166
Imposto de renda e contribuição social	15	(1.452)	(4.921)
Lucro líquido do exercício		5.870	12.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	5.870	12.245
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>5.870</u></u>	<u><u>12.245</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a subscrever		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.186	653	(65)	3.774
Integralização de capital social	11.a	67.481	(653)	-	66.828
Transferência de investimentos	11.b	1.819	-	-	1.819
Lucro líquido do exercício		-	-	12.245	12.245
Saldos em 31 de dezembro de 2024		72.486	-	12.180	84.666
Lucro líquido do exercício		-	-	5.870	5.870
Saldos em 31 de dezembro de 2025		72.486	-	18.050	90.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14	<u>7.322</u>	<u>17.166</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Receita decorrente de alienação de participação societária		-	(41.552)
Custo na alienação de participação societária		-	27.450
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>(2.971)</u>	<u>(2.610)</u>
		<u>4.351</u>	<u>454</u>
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber decorrente de alienação societária		-	41.552
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(125)	(75)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2)	2
Obrigações fiscais		(9)	25
Outras contas a pagar		<u>(2)</u>	<u>(8)</u>
Caixa gerados pelas atividades operacionais		<u>4.213</u>	<u>41.950</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	14	<u>(1.469)</u>	<u>(4.879)</u>
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais		<u>2.744</u>	<u>37.071</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Aumento de capital em controladas	9	(35.422)	(47.734)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(35.422)</u>	<u>(47.734)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	11	-	66.828
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento		<u>-</u>	<u>66.828</u>
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(32.678)</u>	<u>56.165</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	56.235	70
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	<u>23.557</u>	<u>56.235</u>
		<u>(32.678)</u>	<u>56.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda, (“Empresa”) foi constituída na forma de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu.

Em 30 de junho de 2024, a Empresa passou a ter como controlador direto e final o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, conforme cisão realizada na Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. Portanto, a Empresa tem como controlador direto e final e tem como controlador final a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. com participação de 100,00% do capital social da Empresa.

A Empresa foi constituída em 25 de outubro de 2023 com o objetivo de realizar a comercialização e intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia elétrica produzidas pelas sociedades onde a Empresa detém participação.

Em 31 de dezembro de 2025, a totalidade das quotas da Empresa foi adquirida pela controladora ArcelorMittal Brasil S.A. que detém os restantes 50% das quotas. Em 31 de dezembro de 2024 a controladora da Empresa era a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

2 Relação de entidades investidas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Empresa detinha investidas conforme relação a seguir:

Investidas	País	Participação			
		31/12/2025		31/12/2024	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	50%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	50%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	50%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	50%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	50%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda. (b)	Brasil	Direta	50%	Direta	50%

- (a) Em 30 de novembro de 2023, a Empresa, adquiriu o controle de 100% das investidas, conforme detalhado na nota explicativa nº1.3.b
- (b) Em 28 de março de 2024, a Empresa, recebeu o controle de 100% da investida, conforme detalhado na nota explicativa nº1.3.a

Em função da alienação societária mencionada na nota explicativa nº 1.2, as controladas da Empresa são controladas em conjunto sendo, 50% do controle da Atlas Luiz Carlos Holding 1 S.A. e pela ArcelorMittal Brasil S.A. que detém os restantes 50% das ações.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de Abril de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas a valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 20:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

b. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Empresa. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(i) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

c. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

d. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Empresa. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Empresa.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Empresa a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Empresa e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Empresa e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Empresa e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Empresa e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Empresa está monitora ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements – PPAs), a Empresa conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	95	256
Aplicações financeiras curto prazo (b)	<u>23.462</u>	<u>55.979</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>23.557</u>	<u>56.235</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 94% (94% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

9 Investimentos

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido da investida	Lucro do exercício	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2025
<i>Investimentos em controladas em conjunto</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	50%	22.184	1.548	11.092	773	11.092
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	50%	21.142	533	10.571	267	10.571
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	50%	21.668	1.218	10.834	608	10.835
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	50%	21.719	1.163	10.859	581	10.859
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	50%	24.384	828	12.193	414	12.193
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	50%	21.127	656	10.564	328	10.564
Total		132.224	5.946	66.113	2.971	66.113

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2024
<i>Investimentos em controladas em conjunto</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	50%	9.704	614	4.852	455	4.852
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	50%	9.434	612	4.717	436	4.717
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	50%	9.439	607	4.720	445	4.720
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	50%	9.532	588	4.766	432	4.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	50%	9.413	644	4.707	476	4.707
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	50%	9.327	519	4.664	366	4.664
Total		56.849	3.584	28.426	2.610	28.426

(i) Conforme nota explicativa 2.

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

Composição do investimento	Part.%	31/12/2024	Aumento de capital	Distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	50%	4.852	5.651	(184)	773	11.092
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	50%	4.717	5.650	(64)	267	10.571
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	50%	4.720	5.650	(145)	609	10.835
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	50%	4.766	5.650	(138)	581	10.859
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	50%	4.707	7.170	(99)	414	12.193
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	50%	4.664	5.651	(78)	327	10.564
Total		28.426	35.422	(707)	2.971	66.113

Composição do investimento	Part.%	31/12/2023	Reorganização societária (ii)	Aumento de capital	Alienação societária (iii)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>							
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	50%	752	-	8.339	(4.692)	455	4.852
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	50%	744	-	8.080	(4.542)	436	4.717
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	50%	744	-	8.090	(4.558)	445	4.720
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	50%	744	-	8.202	(4.611)	432	4.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	50%	734	-	8.037	(4.539)	476	4.707
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	50%	-	1.819	6.986	(4.507)	366	4.664
Total		3.718	1.819	47.731	(27.450)	2.610	28.426

- (i) Em 28 de março de 2024 a Empresa adquiriu a controlada, Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda. reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.a
- (ii) Em 02 de outubro de 2024 a Empresa realizou a alienação de participação societária nas investidas Boa Sorte 18 a Boa Sorte 23, conforme descrito na nota explicativa para a ArcelorMittal Brasil S.A. Com a operação a Empresa passou a deter o controle em conjunto das investidas e deixou de apresentar os saldos consolidados, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

A seguir resumo das investidas da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	182.160	159.976	22.184	1.548
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	181.881	160.739	21.142	533
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	181.463	159.795	21.668	1.218
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	182.139	160.420	21.719	1.163
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	184.436	160.052	24.384	828
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	181.205	160.078	21.127	656
Total dos investimentos	1.093.280	961.056	132.224	5.946
2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	154.014	144.310	9.704	614
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	155.204	145.770	9.434	612
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	152.632	143.193	9.439	607
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	148.755	139.223	9.532	588
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	157.255	147.842	9.413	644
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	152.103	142.776	9.327	519
Total dos investimentos	919.963	863.114	56.858	3.588

10 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2025	2024
Contratação de serviços e materiais	-	2
Fornecedor partes relacionadas	-	-
Total de fornecedores	-	2
Outras provisões	1	1
Total de outras contas a pagar	1	1
Total de fornecedores e outras contas a pagar	1	3

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 17.

11 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 72.486 (R\$ 72.486 em 31 de dezembro de 2024), representado por 72.486 quotas (72.486 em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

b) Reorganização societária – Transferência de investimentos

Conforme 2ª alteração contratual, realizada em 28 de março de 2024, foi aprovada a transferência de investimentos de propriedade da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. por meio de conferência de capital o patrimônio líquido da Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda., correspondente ao montante de R\$ 1.819. A composição dos saldos transferidos para a Empresa está demonstrada na nota explicativa número 2.

Para 31 de dezembro de 2025 não houve movimentos de transferência realizados pela controladora.

c) Reserva de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Empresa destinou para reserva de retenção de lucros R\$ 5.870 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

12 Despesas gerais administrativas e outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(69)	(39)
Assessoria e advogados	(207)	(864)
Serviços tomados	-	(80)
Taxas	(227)	(99)
	(503)	(1.082)
		2024
Outras receitas operacionais		
Receita na venda de participações societária		41.522
Custo da participação nas investidas (i)		(27.450)
		14.102

13 Receitas Financeiras e despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.866	2.132
	4.866	2.132
Despesa financeira		
Despesas bancárias e carta de crédito	(21)	(596)
	4.845	1.536
Resultado financeiro, líquido	4.845	1.536

14 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.322	17.166
Exclusões:		
Provisões temporárias não dedutíveis	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.971)	(2.610)
Ganho de capital não realizado	-	-
Variação cambial	-	-
	4.351	14.556
Base de cálculo	4.351	14.556
Compensação de prejuízos fiscais	(80)	(82)
Base de cálculo após a compensação de prejuízo fiscal	4.271	14.474
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(1.452)	(4.921)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

15 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final das Empresa é a ArcelorMittal Brasil S.A.

a. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

b. Operações com partes relacionadas

	Dividendos a receber
	2025
<i><u>Operações intercompany – Dividendos</u></i>	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A.	184
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A.	64
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.	145
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A.	138
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A.	99
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A.	78
Total	707

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025 - Valor contábil		2024 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.462	95	55.979	256
Dividendos a Receber	15	-	707	-	-
Total		23.462	802	55.979	256
Passivos					
Fornecedores	11	-	-	-	2
Outras contas a pagar	11	-	1	-	1
Total		-	1	-	3

	Nível hierárquico do valor justo	31/12/2025 – Valor contábil		31/12/2024 – Valor contábil	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	23.557	23.557	56.235	56.235
Dividendos a Receber		707	707	-	-
Total		24.264	24.264	56.235	56.235
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	-	-	2	2
Outras contas a pagar	Nível 2	1	1	1	1
Total		1	1	3	3

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. O Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento

e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional da Empresa não apresenta exposição a tal risco.

	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	23.557	56.235
Total	23.557	56.235

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e Outras contra a pagar	1	1	1	-	-	-
	1	1	1	-	-	-

31 de dezembro de 2024

	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	2	2	2	-	-	
Outras contra a pagar	1	1	1	-	-	
	3	3	3	-	-	

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco cambial

A Empresa realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2025 a Empresa não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

v. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Empresa é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário	Sensibilidade		
		Provável	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
		31/12/2026			
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Controladora	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	23.642	26.538	3.620	4.344	(3.620)	(4.344)

Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável ou possível.

18 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	2025	2024
Aquisição de investidas	-	(1.819)
Integralização de capital	-	(1.819)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

19 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos das investidas controladas em conjunto para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	Total
TUST/TUSD (a)	2.450	2.631	2.936	3.089	166.812	177.918
Seguros e garantias (b)	542	564	586	606	32.113	34.411
Contratos de (O&M) (c)	719	748	777	803	48.050	51.097
Arrendamento (d)	528	551	572	591	31.342	33.584
Outros (e)	1.104	1.067	1.011	1.116	40.636	44.934
Total	5.343	5.561	5.882	6.205	318.953	341.944

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Fabio Paiva Scardua
Diretor
CPF: 805.657.271-68

Estevão Franco Figueiredo
Diretor
CPF: 017.770.301-61

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *